

JANE AUSTEN COMO POSSIBILIDADE DE PESQUISA DOS ESPAÇOS *GENERIFICADOS* (1775-1817)

Camila Rafaela Pereira de Souza¹

RESUMO:

Esse texto busca apresentar os caminhos historiográficos de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado em História em andamento. Pesquisa focada na análise da obra literária da autora inglesa Jane Austen (1775-1817), com o intuito de analisar as representações literárias dos espaços burgueses no sul da Inglaterra do século XIX, questionando algumas das razões que contribuíram para a constituição desses espaços a partir da condição de gênero de quem os ocupa. O objetivo do texto, portanto, é discutir como será feito o caminho historiográfico e teórico da pesquisa e quais as possibilidades que a obra propõe para a análise historiadora.

PALAVRAS-CHAVE:

História. Espaços. Gênero. Literatura. Jane Austen.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciada em História pelo curso de graduação do Departamento de História do campus Caicó (DHC), do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da mesma Universidade. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7993497698654309>.

ABSTRACT:

This text aims to present the historiographic paths of a Dissertation that's being written to attempt the requirements for the degree of Masters in History. The research focuses on the analysis of the literary work of the English writer Jane Austen (1775-1817), with the purpose of analyzing the literary representations of bourgeois spaces in the south of England of the 19th century, questioning some of the reasons that contributed to the constitution of these spaces as of the gender condition of the people occupying them. The purpose of the text, therefore, is to discuss how the historiographic and theoretical path of this research will be done and what possibilities the work proposes for the historian analysis.

KEYWORDS:

History. Spaces. Gender. Literature. Jane Austen.

1. Considerações Iniciais

Este texto busca apresentar os caminhos iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento. Um fragmento de uma pesquisa de Mestrado em História focada no diálogo entre duas áreas, História e Literatura, no intuito de discutir sobre os espaços femininos burgueses da Inglaterra no início século XIX. Portanto, o objetivo deste texto é apresentar ao leitor as bases teóricas e historiográficas que sustentarão a pesquisa no que diz respeito à temática, além das fontes que serão utilizadas no trabalho final.

A pesquisa da Dissertação investiga como a autora Jane Austen (1775-1817) representou, nos seus romances, uma construção literária de espaços *generificados*. Quais os motivos para todas as suas tramas findarem sempre em casamento da sua personagem principal? Quais códigos estavam por trás de seu entendimento que pressupunha que a mulher deveria casar para ter um lugar na sociedade? Seria o casamento, e conseqüentemente a casa, um espaço feminino? A educação feminina era distinta da educação masculina para corroborar com essa instituição de espaços separados? Ou melhor, na educação também existiam espaços *generificados*? Todas essas questões surgem à medida que folheamos qualquer um dos seis romances da autora: como historiadora e mulher, isso me inquietou ao ponto de buscar explicações científicas para tais questões.

São inúmeras as inquietações que deverão ser respondidas enquanto a pesquisa for se desenvolvendo, assim como poderão surgir novas perguntas em seu caminho. Para tanto, foi-me necessário colocar o pé dentro de um campo de pesquisa bem maior, que, junto a outros campos, vem questionando os lugares comuns e tem dado voz aos marginalizados pela historiografia: a História das Mulheres. Sendo assim, será apresentada, a seguir, uma síntese dos caminhos percorridos pela historiografia que permitiram e abriram a possibilidade para esse e tantos outros estudos que buscam questionar e desnaturalizar esses espaços e que, por sua vez

e por tanto tempo, seguiram sendo percebidos e interpretados como se tivessem sido criados desde o início dos tempos. Traçar esse caminho é explicar como cheguei até o ponto em que estou, além de mostrar como uma pesquisa que busca fugir do convencional, quando se fala em Jane Austen, pode ser interessante para se pensar os porquês que a levaram a representar suas personagens de tais maneiras.

2. O Amadurecimento de um Campo de Pesquisa

Em um dos trechos do seu conhecido livro, a historiadora francesa Michelle Perrot faz a seguinte afirmação: “da História, muitas vezes a mulher é excluída” (PERROT, 1992, p. 185). A autora, pioneira que foi, recorre a uma inquietação que passou a fazer parte, há algum tempo, das preocupações de intelectuais, especialmente das historiadoras e dos historiadores que se debruçam sobre o campo já mencionado. A historiografia, por diversas razões e por muito tempo, se mostrou insuficiente e excludente no que se refere à questão, apoiando-se em um perfil majoritariamente masculino, desconsiderando e, por vezes, marginalizando o protagonismo de boa parte da própria humanidade, as mulheres. Deixadas à margem por uma História desigual, em razão dos “grandes feitos políticos”, elas assistiram à predominância de uma narrativa histórica que privilegiava e vangloriava homens e seus ‘atos heroicos’, enquanto as mulheres eram excluídas da condição de personagens principais e, neste ínterim, enquanto produtoras da História que compartilharam por toda a existência humana com o masculino (GONÇALVES, 2006).

A partir dessa preocupação procurou-se, então, contribuir para uma mudança no arcabouço intelectual e na própria historiografia, proporcionando uma disseminação de novas pesquisas com novos atributos, objetos e problemas. A partir dessa perspectiva, pesquisas sobre o feminino começaram a desenvolver um novo campo: segundo Joan Scott (2002), o surgimento desse campo específico nos Estados Unidos e na Europa esteve relacionado principalmente à política feminista que atingiu seu ápice entre os anos de 1960 e 1970. Ainda assim, esses novos estudos eram vistos com desconfiança e geralmente tratados apenas como “anexos” de uma História Geral. A historiografia, mais uma vez, teimava em marginalizar as mulheres enquanto protagonistas e agora, também, enquanto pesquisadoras (DEL PRIORE, 1998).

Mesmo em meio às adversidades de uma área de pesquisa, se não machista, pelo menos desinteressada no feminino, a História das Mulheres conseguiu avançar com legitimidade graças às mudanças estruturais que as tendências historiográficas estavam sofrendo. Com a crise dos estruturalismos a partir da década de 1970, por exemplo, a História passou a buscar novos parceiros disciplinares para retirar da margem distintos personagens e suas tramas sociais. Neste contexto, as relações entre homens e mulheres foram incluídas nas novas pesquisas buscando trazer para o debate outra face da realidade histórica (COSTA, 2003). As mulheres finalmente tornavam-se, para a historiografia, sujeitos sociais, reintegradas ao passado, que engendravam a história, produzindo percepções e experiências próprias (RAGO, 1995).

Com as abordagens desenvolvidas, nas últimas décadas, sobretudo pela História Social inglesa, pela História Cultural francesa dos *Annales* e pela História Cultural estadunidense, além da Micro-História italiana², novas problemáticas passaram a inquietar pesquisadoras e pesquisadores de diversas maneiras. Com o auxílio da interdisciplinaridade, o feminino passou a ser entendido por diversos aspectos, entre eles, as representações, práticas e imaginário sociais. Ao passo que tais tradições de pesquisa auxiliavam a pensar a partir de outros caminhos o feminino, a categoria *gênero* abria um novo espaço de produção historiográfica, incluindo no debate a dimensão socio e cultural das sexualidades, em detrimento do “determinismo biológico” que controlava as diferenças e relações entre homens e mulheres (SOIHET, 1997). Dessa forma, por exemplo, a História Cultural, que busca compreender como o humano pensa e lê sua realidade a partir do simbólico, da construção dos sentidos, da linguagem, das interpretações e representações (CHARTIER, 2002), beneficiou-se significativamente da chamada “Gender History” (História do Gênero), já que esta estava interessada no processo de construção tanto do masculino como do feminino numa sociedade particular (HUFTON, 1988).

O trabalho com a perspectiva de gênero enquanto instrumento de análise trouxe inúmeras contribuições para essa dita nova historiografia, já que tal categoria tem por principal objetivo demonstrar que o “feminino” e o “masculino” são identidades e condições sociais

² Obras de pesquisadoras renomadas como Joan Scott (História Social), Michelle Perrot e Mona Ozouf (*Annales*), Natalie Zemon Davis e Lynn Hunt (História Cultural) e Judith Brown (Micro-História) são pioneiras em suas respectivas perspectivas teórico-metodológicas para afirmar a importância das mulheres na produção historiográfica do e/ou sobre o feminino.

formadas em suas relações com determinados tempos e espaços, sendo, com isso, construções socioculturais e principalmente históricas (GONÇALVES, 2006). Essas noções passaram a propor a consideração da diversidade humana, não só na sua dimensão biológica, mas também a partir das subjetividades que produzem e legitimam as relações de poder tanto entre mulheres e homens quanto entre indivíduos do mesmo sexo, já que é preciso lembrar que há mais diferenças entre mulheres de idades e classes distintas do que entre homens e mulheres de igual condição social e cultural (BADINTER, 1986; BADINTER, 2005).

É necessário fixar o olhar nas dimensões social e cultural da diferença sexual, muito mais do que apenas observar suas diferenças biológicas. A percepção do conceito de gênero possibilita o entendimento de que há uma construção social dos gêneros sexuais e, através desta, há ainda uma construção de espaços para tais gêneros; decerto, os espaços são produzidos e experienciados a partir da negociação entre corpo e espaço.

3. O espaço desnaturalizado

É importante lembrar que espaço é um conceito e implica dimensões culturais, que busca pensar essa dimensão da realidade a partir de enfoques distintos e, por isso, tomo como ponto de partida algumas proposições feitas pela geógrafa Doreen Massey, nome importante nas discussões das relações entre gênero e espaço. Segundo ela:

primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. [...] Segundo, compreendemos o espaço com a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. (MASSEY, 2008, p. 29).

O espaço, enquanto conceito, é político, e, além disso, é fruto de questões sociais e de gênero. A organização espacial é também produto das relações de gênero instituídas socialmente e assim hierarquizadas. Por isso, o pensamento de Massey articula-se na perspectiva adotada por este trabalho, pois pensar o espaço como produto de inter-relações é, sobretudo, questionar de um modo específico como tais espaços foram formulados. O espaço não existe antes das identidades e de suas relações, ao contrário, as relações fundam identidades e espaços (MASSEY, 2008, p. 30). Por isso, o principal objetivo aqui é exatamente pensar como o espaço fruto de inter-relações entre os gêneros foi produzido e quais os limites impostos a um dos gêneros em questão, o feminino.

Homens e mulheres estão situados de maneiras distintas no mundo e suas relações com os lugares onde suas vidas se desenvolvem também são diferentes. Portanto, o reconhecimento de que gênero e espaço estão intimamente relacionados abre a possibilidade de se entender que o espaço é percebido e vivenciado de diferentes maneiras, por diferentes indivíduos ou grupos, seja no âmbito público ou no privado. Além do simplismo da análise de eixos binários, os estudos de gênero e espaço precisam estar associados a outras especificidades, tais como idade, etnia e classe; elementos quase sempre alvos de disputas de poder. Através dessas disputas, determinados grupos vivenciam e atribuem significados distintos aos espaços. Dessa maneira, a utilização do conceito de gênero atrelado ao espaço propõe levar em consideração as experiências e vivências das pessoas nas suas realidades espaciais. Além disso, tal compreensão possui a

finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial. (SILVA, 2009, p. 31).

Pois, é certo que, a caracterização do espaço e a forma como ele se delimita são diferenciadas de acordo com quem o ocupa, já que o significado do que é ser mulher ou ser homem é resultado das relações de poder que se constroem nos ambientes sociais e que acabam por produzir espacialidades diferenciadas pelas condições de gênero. Dessa maneira,

utilizando-me da Literatura como representação do social, a intenção aqui é a de analisar como a escritora inglesa Jane Austen representava, nas suas obras, esses espaços generificados, identificando como tais espaços foram construídos. Para tanto, serão apresentados, a seguir, os motivos que levaram à escolha da autora como principal objeto constitutivo desta pesquisa.

4. Jane Austen: vestígios de uma vida

No início do século XIX, as obras de Jane Austen começaram a ser publicadas e o gênero de escrita por ela escolhido, o Romance, passa a ganhar importância histórica, dentre outros fatores, pela possibilidade ofertada a seus autores de ampliar a própria capacidade narrativa pessoal e de suscitar o debate de ideias diversas, mesmo que em caráter argumentativo livre, “não científico”, o que compõe um prato cheio para se discutir o tema aqui em questão, qual seja, a construção dos espaços femininos.

No ensaio *Um Teto Todo Seu*, publicado originalmente em 1929, Virgínia Woolf debateu acerca das condições e dificuldades das mulheres que eram escritoras no século XIX, afirmando que os espaços de escrita eram bem mais propícios aos homens tanto no campo material quanto no imaterial. No campo material era muito difícil para uma mulher escrever, já que, além de ser improvável a existência de investimentos financeiros para a publicação de seus textos, era comum que as famílias de classe média possuíssem casas com apenas uma sala de estar comum a todos: para realizar a tarefa da escrita, a mulher deveria utilizar tal sala, o que a deixaria sujeita a interrupções e perda de concentração. Havia também as dificuldades imateriais: em uma época em que prevalecia a ideia de que as mulheres eram intelectuais, física e moralmente inferiores aos homens, o campo da escrita era reservado quase que restritamente ao sexo masculino (WOOLF, 1990).

Mesmo em tal cenário, surgiram nomes importantes da Literatura escrita por mulheres, entre as quais estava Jane Austen. Nascida na vila de Steventon, localizada no condado de Hampshire, ao sul da Inglaterra, ela era de uma família estabelecida na classe *gentry* que se dedicava ao comércio de tecidos (REEF, 2014). Austen teve acesso à educação junto com seus outros irmãos até certo ponto, quando foi enviada para uma escola de meninas junto com sua irmã, onde ficou por pouco tempo, precisamente entre 1783 e 1786.

Mesmo durante os últimos anos de sua vida, quando seus trabalhos aumentavam no agrado do público, poucas eram as pessoas que sabiam o nome da autora. Tal fato não aconteceu só com Austen: como Woolf bem descreveu, isso teria sido um resquício do sentimento de castidade que teria ditado o anonimato às mulheres no século XIX. Currer Bell [pseudônimo de Charlotte Brontë], George Eliot [pseudônimo de Mary Ann Evans] e George Sand [pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin], todas essas autoras teriam sido vítimas do conflito interno causado pela pressão da sociedade e buscaram inutilmente esconder-se atrás de codinomes masculinos (WOOLF, 1990, p. 63).

O primeiro livro de Austen foi publicado com a assinatura “By a Lady” para que, assim, o verdadeiro nome da autora não fosse levado a público. Contudo, seu poder de observação do cotidiano lhe rendeu suporte suficiente para criar e dar vida às personagens das suas obras, sendo hoje considerada como uma das maiores escritoras inglesas e a primeira romancista moderna. Segundo a escritora inglesa Vivien Jones,

os romances de Jane Austen são comédias românticas. Ou seja, são histórias de amor com finais felizes. “Comédia” aqui não é somente usada para sugerir algo que faz rir, mas como o oposto de “tragédia”. Em outras palavras, descreve uma positiva visão da vida, representando felicidade e ideais. Os romances de Austen são frequentemente comparados com as comédias de Shakespeare (JONES, 1997, p. 34).

Jones apresenta a existência de uma característica constante nas obras de Austen: como já mencionado no início, a autora satirizava inúmeras situações do cotidiano das personagens e fazia comédia com aspectos culturais da época. Nos seus romances, Austen mostrava, além da procura por um casamento e um final feliz, seu descontentamento com a sociedade em que vivia, através de suas críticas e personagens caricatos, transformando seu descontentamento em sátira e comédia, trazendo um pouco de leveza para sua obra.

Jane Austen, aos seus quarenta e um anos, já se encontrava, infelizmente, acometida pela doença que daria fim à sua vida. Sua doença ainda é um mistério. Médicos e historiadores podem, com isso, apenas supor. Os sintomas apresentados eram semelhantes aos da doença de Addison³, provavelmente adquirida por meio de uma tuberculose. Os médicos da sua época não

³ “Doença causada por insuficiência da porção cortical das glândulas supra-renais, acarretando modificações importantes no organismo, como perda de sal, água e diminuição progressiva do líquido circulante. O nome recorda

possuíam meios para detectar a “crise de Addison”. É possível também que Austen fosse vítima de outra enfermidade: alguns pesquisadores médicos sugerem que ela sofria de uma simples tuberculose ou linfoma (câncer benigno nos gânglios linfáticos). A doença ia se agravando a cada temporada, mesmo Austen insistindo na sua melhora. No dia 18 de julho de 1817, a autora deu o seu último suspiro de vida. Seu corpo foi exposto nos cômodos da College Street. Em 24 de julho, ela foi enterrada numa câmara mortuária de tijolos na Catedral de Winchester, histórica igreja da cidade homônima (REEF, 2014).

5. Possibilidades de pesquisa

Para quem já leu alguma de suas obras é fácil perceber como Austen criticava alguns lugares impostos pela sociedade às mulheres. Para quem ainda não leu, esta é uma oportunidade de conhecer algumas das suas inquietações. Por exemplo, no romance *Orgulho e Preconceito*, a autora faz uma crítica contundente aos direitos masculinos prioritários à propriedade, como exemplifica a personagem da mãe de Elizabeth Bennet, a Sr^a Bennet: “como pode alguém ter a coragem de tirar a posse dos bens das próprias filhas do proprietário, não consigo compreender” (AUSTEN, 2011, p. 147). Aqui, Austen critica a sociedade individualista e patriarcal da época, que impôs o direito de primogenitura masculino: quando não houvesse nenhum filho na família, como era o caso dos Bennet, a herança e as herdeiras iriam ficar sob tutela do familiar mais próximo⁴ (ZARDINI, 2011). As conotações religiosas também contribuía para a invenção de espaços separados por gêneros. Na Inglaterra, os anglicanos defendiam, pelos preceitos bíblicos, que haveria uma igualdade espiritual entre homens e mulheres, mas quando estendida ao cunho social esta igualdade seria inexistente. Defendia-se que o “homem cuidava da vida pública: a mulher, por seu lado, era o centro do lar e da família. [...] Cada sexo, diferente por

o médico inglês que identificou a afecção. Sintomas: manchas bronzeadas na pele, manchas nas mucosas, grande astenia, dores lombares, pressão baixa, vômitos, perda de peso, diminuição do fluxo de urina”. Cf. GUIMARÃES, 2002, p. 26.

⁴ É possível verificar a questão da primogenitura masculina em todos os livros de Austen, com exceção de *Emma* (1815), em que a protagonista recebe os direitos de herança do pai e não há uma transferência para um familiar masculino. Os países europeus, em geral, não davam poderes reais, sociais ou mesmo simbólicos às mulheres, que ficavam subordinadas a pais, maridos, irmãos ou tutores. A Inglaterra, desde o século XVI, já havia concedido o direito real a mulheres (o reinado de nove dias de Joana Grey, além dos reinados de Maria I e Elizabeth I no XVI; Maria II e Ana da Grã-Bretanha no XVII; depois só voltaria a haver uma mulher no trono com a Rainha Vitória no século XIX e com a atual Elizabeth II), no entanto esta condição de plenos direitos estava limitada à nobreza, especialmente à família real, e não alcançava as demais classes sociais. Cf. ZARDINI, 2011, p. 13.

natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso” (HALL, 2012, p. 54).

Havia, portanto, uma restrição constante em relação aos espaços destinados às mulheres: família, afazeres domésticos, lares e filhos/as, pois eram estes os espaços, físicos e simbólicos, que confirmavam os ideais do patriarcado. Além disso, nas décadas finais do século XVIII, enquanto a Revolução Francesa pregava os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, intensificavam-se também os discursos sobre as diferenças entre homens e mulheres. Orientações médicas da época reafirmavam cada vez mais as condições biológicas e os papéis sociais atribuídos a cada sexo. Percebe-se isso em obras influentes da época como a *Encyclopédie* (1772), de Denis Diderot e Jean d’Alembert, e no *Système Physique et Moral de La Femme*, de Pierre Roussel, publicado primeiramente em 1775 e reeditado inúmeras vezes⁵ (ROHDEN, 2001).

Mesmo sendo de uma classe abastada, religiosa e não estando no cânone literário de escritoras feministas, já que na sua época o movimento ainda não tinha se organizado de acordo com os moldes que conhecemos hoje, Jane Austen representava, através da sua literatura, os incômodos gerados por sua condição de gênero, tornando-se uma possibilidade de pesquisa sobre a construção desses espaços que podem ser considerados como um produto de relações embutidas em práticas sociais (MASSEY, 2009).

6. Considerações Finais

Este trabalho buscou evidenciar as possibilidades de pesquisa sobre o espaço a partir de uma fonte distinta, a fonte literária. Para se discutir os confinamentos espaciais e a *generificação* dos espaços através das representações de uma autora que viveu em um período onde esses espaços femininos eram cada vez mais diminutos. Utilizando-se de uma literatura feminina para discutir sobre os chamados espaços femininos burgueses na sociedade inglesa,

⁵ Para Fabíola Rohden, a diferença física entre os sexos era reafirmada nessas obras e o corpo masculino era descrito como superior ao feminino. Por essa razão, as mulheres eram vistas como inferiores aos homens em todos os espaços, sejam eles sociais, políticos, históricos e culturais. Para Friedrich Engels, por exemplo, a grande derrota do sexo feminino estava no estabelecimento da família moderna e em todos os antagonismos que envolveram a construção do Estado e da sociedade. Cf. ROHDEN, 2001; ENGELS, 1995.

busca-se desnaturalizar tais espaços e mostrar que uma literatura dita “caseira” tem muito a contribuir para o trabalho historiográfico.

A obra e a vida de Austen podem ser vistos como uma possibilidade de pesquisa histórica, primeiro por ser ela uma mulher que foi escritora no século XIX, por ter sofrido várias das limitações promovidas pela *generificação* dos espaços à época e por ter se utilizado de maneira convincente dos únicos poderes que tinha em mãos, o papel e a pena, para representar aquele período de um modo peculiar.

7. Referências bibliográficas

AUSTEN, Jane. **Orgulho e Preconceito**. Tradução: Marcella Furtado. São Paulo: Landmark, 2011 [Edição Original: 1813].

AUSTEN-LEIGH, James Edward. **Uma Memória de Jane Austen**. Espírito Santo: Pedrazul, 2014 [Edição Original: 1870].

BADINTER, Elisabeth. **Rumo Equivocado**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro**: relações entre homens e mulheres. Tradução: Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

CLAVAL, Paul. “Aprofundamento, Crise e Renovação”. In: **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, pp. 41-55.

COSTA, Suely Gomes. “Gênero e História”. In: ABREU, Marta & SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 187-208.

DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 217-236.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. São Paulo: Escala, 1995.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 [Coleção História &... Reflexões].

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.). **Dicionário de Termos Médicos e de Enfermagem**. São Paulo: Rideel, 2002.

HALL, Catherine. “Sweet Home”. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 47-76.

HUFTON, Olvem. “Mulheres/Homens: uma questão subversiva”. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 243-250.

JONES, Vivien. **How To Study a Jane Austen Novel**. London: Palgrave Macmillan, 1997.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Viviane Ribeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAGO, Margareth. “As Mulheres na Historiografia Brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 1995, pp. 81-91.

REEF, Catherine. **Jane Austen: uma vida revelada**. Tradução: Kátia Hanna. São Paulo: Novo Século, 2014.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. **A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Tradução: Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SILVA, Joseli Maria. “Geografias Feministas, Sexualidades e Corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica”. In: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, RS: Todapalavra, 2009, pp. 93-114.

SILVA, Joseli Maria. “Um Ensaio sobre a Potencialidade do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica”. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, RS: Universidade Estadual de Ponta Grossa, volume 08, número 01, pp. 31-45, 2003.

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 399-429.

WOOLF, Virgínia. **Um Teto Todo Seu**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZARDINI, Adriana Sales. “O Universo Feminino nas Obras de Jane Austen”. **Revista Em Tese**. Belo Horizonte: volume 17, número 02, pp. 01-14, 2011.